

## **12º CONAD Extraordinário**

### **Relatório do Tema III - Plano de Lutas dos Setores – 16 de julho de 2021**

---

#### **TR 16 – Plano de Lutas dos Setores**

#### **O 12º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera:**

#### **No âmbito da(o)s Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais**

**1.** Intensificar a Campanha Contra a Contrarreforma Administrativa (PEC 32) conjuntamente com o Fonasefe, as centrais sindicais e os fóruns de servidores nos estados e municípios com ações de comunicação, estratégias de mobilizações (presenciais e virtuais), paralisações e pressão aos parlamentares.

**1.1.** Envidar esforços na construção do I Encontro Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, nos dias 29 e 30 de julho conjuntamente com o Fonasefe, a CSP-Conlutas e demais centrais sindicais e os fóruns de luta nos estados e municípios, garantindo que o encontro contemple também a participação de trabalhadores e trabalhadoras das empresas estatais brasileiras e dos movimentos sociais e estudantis para intensificar a luta contra a Contrarreforma Administrativa (PEC 32).

**1.1.1.** Indicar a realização de assembleias de base ou debates sobre organização da luta contra a Contrarreforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos em preparação ao Encontro Nacional em 29 e 30 de julho.

**1.1.2.** Indicar a construção de encontros preparatórios municipais, regionais ou estaduais (a depender de cada realidade) com outras entidades de servidores públicos para qualificar a participação no I Encontro Nacional dos Servidores Públicos. Encontros preparatórios municipais de 09 a 18 de julho e Encontros Regionais e Estaduais de 19 a 25 de julho.

#### **1.2**

Indicar que as Seções sindicais, em conjunto com as Secretarias Regionais construam ações efetivas de luta contra a PEC 32, tais como outdoors e carros de som em unidade.

#### **1.3. AGENDA DE LUTAS:**

- 1) 13/07 (Dia Nacional de luta contra a privatização dos correios).
- 2) Encontros preparatórios municipais – 09 a 18 de julho;
- 3) Encontros Regionais e Estaduais – 19 a 25 de julho;
- 4) Encontro Nacional dos Servidores Públicos do Brasil – 29 e 30 de julho;
- 5) Ato pelo Fora Bolsonaro - 24/07
- 6) Indicativo de uma greve nacional dos servidores das três esferas em agosto, em data a ser avaliada em conjunto com o Fonasefe e demais entidades dos servidores públicos.

**1.4.** Intensificar diferentes atividades de mobilização dos trabalhadores/as dos serviços públicos e da população (atos, passeatas, debates, audiências públicas, paralisações) e de pressão sobre os parlamentares do Congresso Nacional, visando derrotar a política de destruição dos serviços públicos representados pela PEC 32.

**1.5.** Que o Andes-SN reforce a participação com representantes da Diretoria Nacional e regionais nas Frentes Estaduais oriundas das frentes nacionais e que incentive a participação das seções sindicais.

**2.** Que as Secretarias Regionais que ainda não possuem e desde que seja viável nos Estados, confeccionem um balão do ANDES-SN para as manifestações de rua.

## **TR 16**

### **No âmbito das IFES, IEES e IMES**

**1.** Que o ANDES-SN se some às frentes, fóruns, centrais sindicais, movimentos sociais e movimentos estudantis, em unidade na luta, no chamado às ruas pelo Fora Bolsonaro-Mourão, com radicalidade nas medidas de segurança, adequação à situação pandêmica local e avaliação individual, com as seguintes orientações:

**1.1.** Participar de atos de protesto de rua garantindo condições de segurança, inclusive sanitária com proteção individual e coletiva (criação de comissões, uso de máscaras PFF2 ou similar, álcool em gel, distanciamento físico e outras).

**1.2.** Estimular a organização de comissões de segurança contra violência aos(as) participantes.

**1.3.** Organizar o bloco “ANDES-SN em luta” nas manifestações de rua no sentido de fortalecer as lutas contra os cortes orçamentários na saúde e educação; contra as intervenções nas Universidades, Institutos Federais e Cefet; e contra a contrarreforma administrativa (PEC-32).

**1.4.** Agenda de lutas:

13/07 - Dia nacional de luta contra a privatização dos correios.

24/07: Ato pelo fora Bolsonaro

**2.** Que o ANDES-SN intensifique o apoio às lutas locais e nacionais de combate e de enfrentamento à necropolítica implantada pelos governos federal, estaduais e municipais com vistas à construção de unidade na luta com os movimentos negros, LGBTQIA+, dos povos originários e tradicionais, e das pessoas com deficiência. Contra 1. o genocídio do povo negro; 2. genocídio dos povos originários e tradicionais; 3. o genocídio da comunidade LGBTQIA+; 4. o genocídio dos povos do campo e da cidade; 5. o genocídio das pessoas com deficiência; 6. o genocídio das pessoas idosas.

**3.** Que o ANDES-SN insira-se na Campanha Nacional “Fazer Valer a Implementação das Leis 10.693-2003 e 11.645-2008”, que se organiza desde 2015 e congrega o movimento dos povos indígenas e movimento negro, a Associação Nacional de Pesquisadora(e)s Negra(o)s (ABPN) e, mais recentemente, a CNTE.

**4.** Reforçar a articulação unitária com todas as entidades da Educação na luta contra o PL 5595/2020 e todas as outras medidas no âmbito estadual e municipal que ameçam a vida do(a)s trabalhadores(a)s da educação e estudantes, obrigando-os ao retorno das atividades presenciais sem garantia concreta da ampla vacinação da população e de condições educacionais e sanitárias pelos governos e administrações das Universidades Federais, Estaduais e Municipais, Institutos Federais e CEFET, realizando mobilizações nos Estados, com pressão sobre os senadores, e com mobilizações em Brasília, procurando derrotar esse projeto no Senado, seja com a sua retirada de tramitação ou com a sua rejeição.

**4.1.** Reafirmar a orientação às seções sindicais para a construção de uma pauta de reivindicações com as exigências para a volta às aulas presenciais, contra a permanência indefinida do ensino remoto, tais como a vacinação para todos e todas pelo SUS, testagem em massa, adequação dos espaços físicos em que ocorrem as atividades pedagógicas, fornecimento de EPIs, etc., seguindo o que está detalhado no Plano Sanitário e Educacional que consta na Circular 202/2021, de 08 de junho de 2021 aprovada no 11º CONAD.

**5.** Lutar pela revogação da Lei nº 13.901/2019, que transfere a identificação e a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura e autoriza a exploração de mineração, turismo, pecuária, exploração de recursos hídricos e de hidrocarbonetos nessas terras, entre outras medidas.

**6.** Dar continuidade à construção do IV Encontro Nacional da Educação:

6.1. Desenvolver no segundo semestre plenárias e encontros estaduais e regionais com debate sobre a organização do IV ENE e os ataques à educação pública;

6.2. Pautar no âmbito do GTPE e da CONEDEP as ações necessárias para realização do IV ENE, tendo como indicação do ANDES-SN o mês de agosto de 2022;

6.3. Construir junto à CONEDEP uma Plenária Nacional em Defesa da Educação Pública no segundo semestre de 2021, como resultado do acúmulo dos encontros regionais, apontando tema e cronograma para o IV ENE.

6.4. Enquanto não houver condições sanitárias as atividades deverão ser desenvolvidas com a utilização de meios virtuais.

**7.** Propor que na próxima reunião do Setor o Andes-SN debata a participação na construção da Conape 2022 (Conferência Nacional Popular de Educação), no sentido de participação e preparação das etapas municipais e estaduais em 2022.

**8.** Que as Seções Sindicais realizem um levantamento dos ataques contra a política de cotas nas universidades, incluindo as informações de como o ensino remoto impacta na permanência dos mais pobres nas Universidades Públicas (federais, estaduais e municipais), CEFET e Institutos Federais.

- 9.** Que o ANDES-SN promova debates sobre a intensificação da criminalização das lutas do movimento popular, sindical, docente e de juventude.
- 10.** Que a direção nacional e as Seções Sindicais intensifiquem as atividades e ações de solidariedade de classe que contribuam para o enfrentamento da fome no país, exacerbada nessa situação de pandemia.
- 11.** Intervir na tramitação do PLDO 2022 no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, com vistas a diminuir a previsão de recursos destinados para renúncias fiscais ao setor patronal no próximo ano pelo Executivo e pela ampliação das metas, prioridades e alocação de recursos para a educação.
- 12.** Intervir para que o governo federal cumpra sua obrigação constitucional de honrar os pagamentos de salários dos servidores, sem repassar a responsabilidade de gestão da folha de pagamento para as reitorias, e garantir a posse de servidores para substituição de aposentadorias.
- 13.** Fortalecer a intervenção das seções sindicais e das regionais do ANDES-SN na disputa pelo fundo público nos estados quando da tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).
- 14.** Lutar para garantir a integralidade da execução da Lei Complementar 177/2021, dos recursos do FNDCT, tendo em vista a disputa pelo Fundo Público.
- 15.** Intensificar a luta para a revogação da EC 95/2016 e resistir regularmente contra os sucessivos cortes orçamentários e posteriores contingenciamentos que o governo Bolsonaro-Mourão tente implantar.
- 16.** Que as seções sindicais, em articulação com as entidades representativas dos demais segmentos da comunidade acadêmica, busquem as administrações para que explicitem a real situação financeira e os impactos dos cortes, com a realização de plenárias nos meses de julho e agosto de 2021.
- 17.** Organizar, em conjunto com demais entidades educacionais, pressão para que seja feita a recomposição dos valores destinados à educação superior na Lei Orçamentária de 2022, alcançando patamares anteriores à vigência da EC 95/2016.
- 18.** Que as seções sindicais se envolvam intensamente na “Campanha Nacional contra os cortes e em defesa da universidade” organizada pelo ANDES e que foi aprovada no 11º CONAD.
- 19.** Denunciar à comunidade universitária o caráter deletério do Reuni Digital que reforça o Plano de Expansão da EAD nas IES públicas federais, por meio de material publicitário e da realização de debates.

**20.** Intensificar as lutas contra as práticas privatizantes da educação, enfrentando o avanço das parcerias público-privadas, a criação de fundações ditas de apoio e outras ações alinhadas a esse objetivo.

**21.** Lutar pela imediata implementação das cotas para pretos, pardos, quilombolas, povos originários e pessoas com deficiência nos Colégios de Aplicação e a Educação Básica das IES públicas, com base nos princípios da igualdade.

**22.** Lutar contra a aprovação do PL 490/2007, que define 05/10/1988, quando ocorreu a promulgação da CF, como marco temporal para confirmar a ocupação do território a ser demarcado, pois se a demarcação passar a ser feita por lei, flexibilizará o contato com povos isolados, proibirá a ampliação de terras já demarcadas e permitirá a exploração de terras dos povos originários por garimpeiros, agronegócio, madeireiros e mineradoras.